

aqueles que o Corpo de Bombeiros detém e também até tendo essa informação a gente já pode deliberar em aprovar e passar a informação para a 18ª DP que consiga ter mais informações para o seu inquérito.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - Peço que V.Exa. inclua a Secretaria de Licença do Município... Deputado Jorge Felipe Neto, é urbanismo?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Urbanismo e Rio Águas tem que ter esse projeto.

O SR. RODRIGO AMORIM - Que inclua os órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E meio ambiente, porque a questão do gerador é meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Como vota o Deputado Rodrigo Amorim?

O SR. RODRIGO AMORIM - Favorável com a inclusão dos órgãos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire?

O SR. BRUNO DAUAIRE - Sr. Presidente, eu voto favorável. Inclusive se puder também incluir a empresa responsável pela última obra no Hospital para a gente saber: os proprietários da empresa, que tipo de serviço essa empresa faz, se cumpriu especificamente qualquer exigência que o Corpo de Bombeiros tenha requerido para o processo de licenciamento.

Além disso, queria também aproveitar já que a gente está tratando de requerimento acrescentar na minha preocupação em relação ao equipamento usado pelos servidores que seja requerida a nota fiscal de compra de manutenção, com certificação do órgão competente, dos cilindros e compressores que eles usam no combate ao incêndio. Queria que fosse acrescentado isso também.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Por Batalhão, já que é responsabilidade de cada Comandante. Não sei como que de maneira sem descentralização orçamentária, porque não há, com a parca verba de suprimento que eles têm eles vão fazer a manutenção de todos os equipamentos como dito aqui nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Defiro o pedido de V.Exa. como do Deputado Jorge Felipe Neto, Deputado Rodrigo Amorim.

Vou chamar os trabalhos à ordem para fazer novamente a votação, lembrando também que nós iremos pedir junto aos órgãos municipais, à Vigilância Sanitária, para que saibamos como estão as condições e também a parte de alvará expedida pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Deputado Rodrigo Amorim, como vota?

O SR. RODRIGO AMORIM - Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju?

A SRA. TIA JU - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire?

O SR. BRUNO DAUAIRE - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu também voto favorável. Fica assim aprovado. Peço à secretaria desta comissão que faça os devidos trabalhos.

Alguma pergunta a mais para a Dra. Carina?

Vou passar a palavra ao Inspetor Igor. Quer fazer algum comentário?

O SR. IGOR MARINHO - Boa tarde, Sr. Presidente e demais componentes. Quero externar meus sentimentos aos parentes das vítimas.

Venho ratificar o que a Dra. Gabriela falou, da necessidade da presença dos peritos do ICCE, porque, como é de conhecimento, a Polícia Civil busca a investigação para dar a demanda à persecução penal com indícios da autoria e da materialidade. Estamos muito em cima do desse laudo pericial, e quem melhor pode dizer sobre o laudo pericial são os peritos que estiveram presentes in loco e fizeram esse laudo, que ainda demanda bastante questionamento; como a Dra. Carina já mencionou, há algumas dúvidas que pairam ainda. Então, acredito que não apenas para esta comissão, em outras situações sempre se faz necessária a convocação dos peritos, porque em algum questionamento técnico não há pessoa melhor a responder sobre eles.

Quero dizer que a delegacia, até o momento, tem classificadas em 21 guias de vítimas fatais, e são essas 21 vítimas que até então não estamos trabalhando para apurar a causa mortis. Na sequência, serão atendidas as outras vítimas que não vieram a óbito no incidente. Quanto à pergunta do Deputado Jorge Felipe na questão dos horários, a gente conseguiu apurar junto com os peritos que o início do incêndio, segundo os peritos, se deu às 17h47m; sobre a questão dos horários, às 17h47 foi quando se deu o início do incêndio.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E aí vocês foram chamados?

O SR. IGOR MARINHO - Não, não. A perícia atestou que o início do incêndio foi nesse horário.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E você sabe a que horas foi interrompido o fornecimento de gás?

O SR. IGOR MARINHO - Ainda é fruto da investigação. Todos esses questionamentos, face à complexidade, são vários órgãos que a gente tem que requisitar para apurar essas condutas e as responsabilidades.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Se for, não é? Se queremos prevenir futuras ocorrências, tem que criar um protocolo.

O SR. IGOR MARINHO - Exatamente. Face à complexidade do caso, oficiamos essas instituições e ficamos no aguardo da resposta delas para, após toda essa apuração, vermos a conduta de cada autor nesse teatro, nesse cenário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A Polícia Civil já teve informação da Naturgy sobre qual o horário foi interrompido do abastecimento de gás, ou não?

O SR. IGOR MARINHO - Até o momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Seria importante esta comissão oficial à Light e à Naturgy para que elas respondam, porque isso é uma informação simples. Não existe mais nada manual, tudo isso através de sistemas que você tem logs de tempo; se for manual é pior ainda. Então, estamos em uma situação...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - É manual. A luz, não, mas o gás é analógico porque eles não fecham o do quarteirão, fecham só pelo registro...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas não deve ter registro disso, provavelmente. Vamos continuar e, em uma próxima deliberação, ainda nesta reunião, a gente já fala sobre esse tema e mais uma vez remeto à secretaria assim que tivermos essa informação. Passar também para a 18ª DP para que ela tenha essa informação.

Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Sr. Presidente, também saber se essa solicitação foi a contento, foi em tempo hábil, se houve essa solicitação por parte do Hospital, se assim que a brigada de incêndio tomou conhecimento se houve essa solicitação do interrompimento do gás, da energia. Também é preciso saber disso.

O SR. - Tia Ju, eu tenho falado nesse Parlamento que a gente tem problemas processuais graves do Centro Integrado de Comando e Controle do Estado; não do Centro de Operações da Prefeitura do Rio. Como o Centro de Operações da Prefeitura do Rio informa à Naturgy e tudo mais, na verdade, ele está fazendo um favor ao CICC porque o centro responsável por comunicar a todos os órgãos esses incidentes é o Centro Integrado de Comando e Controle, e o Centro Integrado de Comando e Controle deveria ter feito isso. O que a gente começa aqui a entender é que não foi feito. Então, os médicos trabalhavam em salva-vidas, os bombeiros trabalhavam em retirar as pessoas em salva-vidas, a Polícia civil entendeu o processo

de tudo o que estava acontecendo, entender a situação e, assim, o caos zero de fazer a perícia e, no meio disso tudo, passando gás.

O SR. - Se V. Exa. me permite, é completamente abjeto imaginar o seguinte: tem uma pancada de gente gritando, pânico e tal. Aí, você liga para o SAC da CEG "tan, tan, tan", aperte 1 para ... aparte 1999 para emergência Hospital, entendeu? Isso tem que ser um protocolo de serviço público, como concessionário de serviço público que é. Não é responsabilidade do cara do Hospital pedir interrupção do fornecimento. O cara vai demorar meia hora para fazer isso. Isso tem que ser uma ligação direta entre órgãos para facilidade de gestão, para você ter ali o tempo de resposta adequado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Senão, cai no call center, como um cliente reclamar de qualquer outro serviço.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta ao inspetor Igor. Primeiro, cumprimentando e, desde já, aqui, fazendo um agradecimento público quando o senhor esteve conosco numa outra comissão em que atuamos lá no Maracanã. Foi providencial sua presença, e de fato naquela noite avançamos muito. Já tivemos alguns desdobramentos daquela noite. Então, agradecer, agradecer à delegada titular da 18ª, também, pela presteza, naquela noite. Assim que acionamos o Secretário de Polícia Civil, imediatamente entraram em contato com a 18ª que, prontamente, esteve lá conosco.

Eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar a questão que já foi apresentada pela Dra. Delegada, no sentido de que o Hospital estaria utilizando os geradores no sentido de economizar energia. Ao que tudo indica, pelo menos alguns relatos que chegaram até nós, haveria uma sobrecarga no gerador, além da falta de manutenção, além de outros requisitos, como, por exemplo, a exigência que apresentei aqui de isolamento da área utilizada pelo gerador para que não propagasse fumaça e fogo, enfim, mas os procedimentos feitos pelo senhor, pela sua diligência, poderia dar mais detalhes no sentido de que efetivamente o Hospital estivesse usando o gerador que, em tese, deveria ser para emergência, tão somente, no sentido de, nos horários de pico, economizar energia?

O SR. IGOR MARINHO - É fato e notório que esse POP do Hospital, esse procedimento dele, era padrão. Isso aí está acostado aos autos, lá. Os próprios funcionários já falavam que isso era uma prática comum eles derrubarem a energia de terra e passarem a usar a energia fruto do gerador para fazer essa supressão de energia nesse horário de pico. O questionamento todo, que também está na investigação, é se essa operação é permitida ou não. Então, isso aí são informações técnicas que na investigação também nós estamos questionando, se essa alternância de energia total é possível e se é permitido.

Sobre a manutenção, a empresa Stemac, que forneceu os dois geradores, o que ficava no subsolo e o que ficava no térreo - também ficava na cobertura; ficava um no térreo e um na cobertura sobresalente - ela também está sendo oficiada, intimada, para prestar as informações para atender a essa questão da manutenção, que era feita, segundo eles, mensalmente, com checklist da parte mecânica do gerador e da parte elétrica. Essa apuração é que estamos querendo ver se era feita a contento, de modo a, verificando qualquer tipo de problema, mecânico ou elétrico, se era verificado, informado e sanado. Isso é fruto da investigação.

O SR. - Doutor, todo gerador é objeto mecânico que transforma a cinética em elétrica. Ele tem um disjuntor e uma carga máxima. Para que isso tenha acontecido, uma sobrecarga, ou o disjuntor não estava na especificação ou ele foi ligado direto na rede elétrica.

É possível que o Hospital não tendo um perito em elétrica, não tendo um engenheiro elétrico, a responsabilidade tenha sido da empresa de manutenção? É possível que isso tenha ocorrido?

O SR. IGOR MARINHO - A empresa tem a responsabilidade da verificação da eficiência do aparelho. Então, mensalmente...

O SR. - E da condição de segurança dele.

O SR. IGOR MARINHO - Exato. Nessas revisões mensais que são feitas é fornecido um checklist para bater se todos os itens mecânicos, elétricos e de segurança estão a contento. É fruto da investigação apurar se todas essas revisões foram realizadas, se foram identificadas quaisquer discrepâncias e, se identificadas, se foram sanadas.

Foram solicitados, de dois anos até a data do evento, para ver se foi uma coisa pontual ou se foi uma coisa reiterada; se verificou numa revisão que apresentava algum tipo de defeito, na próxima revisão também foi verificado, ou a próxima também foi verificado? Então, tudo isso está sendo conduzido para identificar condutas e responsabilidades.

O SR. - Vocês chegaram a escutar o fabricante desse gerador?

O SR. IGOR MARINHO - Já foi ouvido, à época do dr. Roberto, foi feita a oitiva. A investigação iniciou sob a presidência do dr. Roberto. Muitas oitivas foram feitas naquele momento. O marco crucial é o laudo pericial que chegou recentemente. Com o laudo, a gente começa a questionar as oitivas prestadas, as respostas dos órgãos dos diversos órgãos que foram respondidos, para a gente poder casar o que foi declarado, o que foi respondido em ofício, se bate com o laudo.

O que posso dizer é que o laudo não satisfaz todos os nossos questionamentos. O laudo complementar vai ter que ser solicitado. Com esse trabalho de casar a parte técnica com a parte investigativa que a gente vai conseguir identificar a causa e as responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Após esse debate, eu queria que esta CPI solicitasse a RT de manutenção desses geradores.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Defiro o pedido da Sra. Deputada Tia Ju. A gente pode deliberar junto com aquela outra, fazendo de uma vez só uma deliberação.

A SRA. TIA JU - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mais alguma pergunta ao inspetor Igor?

A SRA. TIA JU - Incluindo que, assim, essa RT dos últimos dois anos, para que possa ser acompanhado de perto, para que esta CPI possa ter acesso. Eu acho que vai também contribuir com as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O dr. Marco Kac se encontra? Eu queria informar à 18ª Defensoria Pública, caso queira se retirar, estão à vontade, mas, caso queiram ficar, vai estar aqui o representante do Hospital - pelo menos é o acordo que nós fizemos - assim como o Corpo de Bombeiros. Seria importante, talvez, para o inquérito dos senhores ter a posição deles.

Passo a palavra à Dra. Cíntia. Gostaria de perguntar como está a questão das vítimas junto ao Hospital Badim; como tem sido o atendimento daqueles que vieram a falecer no atendimento médico, e já nas tratativas de indenização, se a Defensoria Pública está fazendo esse meio campo entre as partes.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - Boa tarde, Presidente e demais deputados. Ao contrário de todos os que falaram aqui, a Defensoria Pública não trabalha nas causas de nenhuma dessas tragédias. A Defensoria Pública atende as vítimas e acaba envolvida em todas essas grandes tragédias. No caso, por exemplo, do Ninho do Urubu, a Defensoria Pública tem uma ação coletiva, ontem mesmo saiu a primeira decisão determinando o pagamento das vítimas. No caso do incêndio da Boate Quatro por quatro, estamos prestando assistência jurídica às viúvas dos bombeiros falecidos. Já estive com duas delas, abrimos inventário, vimos prestando atendimento. Cada tipo de tragédia, há um tipo de vítima diferente.

Nesse caso do Hospital Badim, não recebemos demanda individual de parentes das vítimas falecidas. Já temos duas ações judiciais de uma senhora que faleceu e outro senhor que foi só dono moral, conseguiu ser socorrido. Nenhum deles pela Defensoria Pública, não recebemos demanda.

O que eu queria trazer, por isso falei que cada tipo de tragédia há vítimas diversas, o que temos na Defensoria Pública em relação ao Hospital Badim, é algo que eu acho que talvez a maioria dos senhores não saibam. O Hospital Badim tem dois prédios, um antigo com mais de 30 anos, e outro novo, de três ou quatro anos. En-

tre esses dois prédios, colado nos dois, há um edifício residencial. É um edifício tradicional, existe lá muitos anos, a maioria dos moradores é de idosos, que mora lá há quarenta anos. O Hospital tentou comprar os apartamentos, não conseguiu. Então, ele comprou o primeiro e o segundo andares desse edifício residencial, onde tinha algumas lojas. Eles fizeram uma passagem pelo primeiro andar de um edifício residencial entre os dois prédios. Então, são dois prédios, dois hospitais e, no meio, um edifício residencial. Eles ligaram os dois prédios através desse edifício residencial.

Temos uma ação judicial em prol da maior parte desses moradores por conta desta obra que foi feita no Hospital, e a situação desse prédio se agravou muito depois do incêndio.

A fumaça subiu pela garagem. O encanamento dos dois prédios do Hospital é interligado no subsolo desse prédio residencial. A fumaça subiu pelo encanamento, as paredes do prédio residencial por dentro estão pretas, teve morador que ficou preso na garagem, teve morador que não conseguiu sair.

Em nenhum momento, o Hospital sequer avisou os moradores do incêndio. Eles só ficaram sabendo quando os bombeiros chegaram e começou toda a confusão.

Os moradores não têm nenhum treinamento de incêndio, não há alarme contra fogo no prédio. Embora o prédio seja originariamente residencial, se transformou em uma extensão do Hospital, porque o Hospital transporta pessoas, equipamentos, a lavanderia fica aqui, os quartos ficam aqui. A Defensoria Pública vem atuando não só individualmente pelas vítimas, mas o que mais nos preocupa no momento é a segurança desse edifício. O edifício tem rachaduras, está preto por conta de fumaça, o Hospital não presta nenhuma assistência a essas vítimas.

Já fiz contato várias vezes com os advogados, eles não respondem objetivamente. Assim que houve o incêndio, nós fizemos, assinado pela síndica, um ofício, uma assembleia dos moradores, saiu um ofício com as reivindicações mais imediatas, por exemplo, fornecer um laudo técnico que comprove que não há risco estrutural no edifício, instalar alarme de incêndio, fazer treinamento dos funcionários do prédio, estabelecer um protocolo de avisar os moradores em emergência. Tudo isso a gente colocou por escrito em 22 de setembro. O Hospital, até hoje, não respondeu. Tentamos marcar reunião, até com representante da Rede D'Or, que é dona da metade do Hospital Badim, não há interesse por parte deles em solucionar nenhuma dessas questões. Alguns moradores saíram de casa e não voltaram porque o prédio tem rachaduras e eles têm medo de que haja algum risco.

Oficiamos a Defesa Civil para fornecer um laudo, para fazer uma vistoria no edifício, porque os moradores estão preocupados. A Defesa Civil não fez ainda essa vistoria, que me parece que seria bastante importante.

Eu queria trazer, da ótica da Defensoria Pública, não só a responsabilidade pelos que faleceram e pelos que sofreram danos, parece evidente. O Hospital não fez acordo com todos. Eles disseram que estão negociando. Algumas pessoas já começaram a acionar judicialmente, já existem dois processos e a gente não está vendo uma predisposição. Não sei qual a situação das famílias que estão aqui, mas não há uma predisposição do Hospital em fazer essa reparação imediata.

Queria também trazer a questão desse edifício porque são muitas famílias, é um prédio de sete, oito andares; são famílias que não são abastadas, são famílias de classe média baixa; muitos idosos. Então, desde o dia do incêndio, a gente está buscando junto ao Hospital soluções mínimas e imediatas que não seriam nem custosas - instalação de alarme, fazer notificação, informações aos moradores, treinamento, a questão das rachaduras, do encanamento que vazou na garagem, e o Hospital não tem prestado.

Eu fiquei até o final esperando que alguém dos Hospital viesse, porque a gente não tem conseguido esse contato. O Hospital não está respondendo, embora ele mande um advogado que não tem poderes e que não tem resolvido nada. Eu queria trazer a preocupação desse grupo de moradores para o âmbito desta CPI, porque talvez a gente consiga alguma solução. A situação é emergencial, não estamos nem falando em reparação financeira, mas do medo dos moradores, do risco. Os dois prédios estão interditados pela Defesa Civil e o prédio deles, que está no meio, não está interditado. A Defesa Civil não fez nenhuma vistoria. Eles não conseguem compreender como é que eu estou colado em dois prédios que estão interditados e o meu prédio não teve uma única vistoria.

Tem lixo hospitalar, o que está gerando uma proliferação de ratos, de bichos, e os dois prédios, como disse, são comunicantes.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Realmente, é mais uma terrível surpresa. A gente tem a informação de que o diretor já estava na Presidente Vargas, está chegando. Se a senhora quiser ficar, vai ser importante, assim como eu indiquei, caso seja possível, a 18ª ficar. Eu não sei se como é que funciona isso na Lei Orgânica do Município, como um edifício residencial se transformar, óbvio que existem edifícios residenciais/comerciais.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - É, me parece que ele tem autorização para ser um edifício misto. Mas não sei se para funcionar como Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas eu não sei se o comercial é Hospital. É uma situação diferente.

A SRA. TIA JU - Ele era comercial, essa parte, pelo que entendi, que foi adquirida pelo Hospital, era uma parte comercial. Diferente de hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas comercial no fato de comércio mesmo.

A SRA. TIA JU - De lojas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - De loja e tudo o mais.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, aquela área, me perdoem aqui, só a explicação, aquela área, de fato, ali na São Francisco Xavier, inúmeros edifícios, eles têm no andar térreo ou na sobreloja uma loja, um depósito, enfim, inclusive, há um mercado que funciona logo depois, tudo o mais.

Agora, não para servir para funcionar como uma servidão de passagem, para funcionar um Hospital. Então, é importante que a gente tenha - e aqui eu faço mais uma vez esse apelo a essa Comissão - uma especial atenção no que se refere às licenças, alvarás de funcionamento, e sobretudo as condições de funcionamento, daí a importância desta interlocação com o Poder Público Municipal. Acho extremamente relevante que nós possamos atuar nesse sentido porque é mais um absurdo trazido aqui.

A SRA. TIA JU - E se o térreo faz parte da ligação desse Hospital, de fato, esse prédio precisa passar por vistoria, por análise, porque ele sofreu ...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Muda toda a estrutura do prédio.

A SRA. TIA JU - É muda tudo.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - E o risco de um incêndio no Hospital é muito maior do que o risco numa loja comercial ou num prédio residencial.

A SRA. TIA JU - Exatamente. Então, seria outra solicitação desta Comissão de exigir, pasmem os Senhores, aqui nossos colegas, que o Hospital não ouvindo nem a Defensoria Pública, uma solicitação da Defensoria Pública.

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputada Tia Ju, não sei se a Defensoria tem acesso a isso, mas também a questão muito bem lembrada aqui, da questão sanitária.

A SRA. TIA JU - Exatamente.

O SR. RODRIGO AMORIM - Estão passando ali doentes, lixo hospitalar, numa via só.

A SRA. TIA JU - Também.

O SR. RODRIGO AMORIM - E parabenizar o trabalho da Defensoria Pública, sempre que em a oportunidade, sempre faço aqui, estendo os cumprimentos ao Defensor Público Geral, Dr. Rodrigo, e é sempre muito gratificante para nós receber a Defensoria Pública aqui, que tem sido uma grande parceira nesta Casa, e é uma instituição que nós respeitamos muito.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - Obrigada.

A SRA. TIA JU - E essa informação foi muito valiosa para a gente.